

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

**VETO TOTAL Nº 244/2021
AO PROJETO DE LEI Nº 1974/2020**

Veto Total ao Projeto de Lei nº 1.974/2020 de autoria da Deputada Cida Ramos, que "Cria a fila única para leitos hospitalares de assistência obstétrica, unificando a regulação do acesso aos leitos da rede hospitalar pública e privada, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências". **Exara-se parecer pela MANUTENÇÃO do Veto.**

O Veto Total deve ser mantido, uma vez que a proposição legislativa extrapola a competência suplementar legislativa do Estado, ao contrariar a Lei Federal nº 8080/1990, que rege o Sistema Único de Saúde, além de haver ingerência no setor privado de saúde, sendo esta matéria de competência privativa da União.

AUTOR(A): GOVERNADOR DO ESTADO
AUTOR(A) DO PROJETO: DEP. CIDA RAMOS
RELATOR(A): DEP. JÚNIOR ARAÚJO

P A R E C E R Nº. 907/2021

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o **Veto de nº 244/2021, do Governo do Estado da Paraíba, ao Projeto de Lei nº 1974/2020**, "Cria a fila única para leitos hospitalares de assistência obstétrica, unificando a regulação do acesso aos leitos da rede hospitalar pública e privada, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências".

O Chefe do Poder Executivo Estadual, com fulcro no § 1º, do artigo 65, da Constituição Estadual, **vetou totalmente** o referido projeto, por considerá-lo inconstitucional.

Instrução processual em termos.

Tramitação dentro dos preceitos regimentais.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei nº 1974/2020, em suma, institui a unificação do acesso aos leitos de assistência obstétrica, para mulheres em trabalho de parto consideradas de alto risco e de risco habitual, em hospitais da rede pública e privada no Estado da Paraíba.

O veto do Executivo fundamenta-se em inconstitucionalidade, segundo o Governador do Estado, em suas Razões do Veto, no art. 3º da proposição ora vetada há uma ingerência no setor privado de saúde, sendo assim, a competência legislativa para tratar da matéria é privativa da União, por tratar de Direito Civil e política de seguro, para isso, colacionou diversos julgamentos do Supremo Tribunal Federal (STF) neste mesmo sentido.

Continua o Chefe do Poder Executivo argumentando que ainda há contrariedade aos parágrafos do art. 24 da Constituição Federal, em suas palavras:

Primeiramente, na definição constitucional do regime de organização de competências em matéria de defesa e proteção da saúde, os Estados reúnem capacidade legislativa tão somente para especificação e suplementação de normas gerais (art.24, § 2º da CR), reservadas de forma absoluta, ao exercício da capacidade legislativa de iniciativa da União (art. 24, § 1º da CR), admitindo-se o exercício pleno pelos Estados tão somente na hipótese de vácuo legislativo ao exercício dos poderes expressamente atribuídos à União (art. 24, § 3º da CR), que serão eficazes apenas até o momento em que sobrevier a definição de normas gerais sobre o domínio material (art. 24, § 4º da CR), sendo vedado aos Estados, portanto, a inovação legislativa em desacordo com a legislação federal.

Salienta que a Lei do Sistema Único de Saúde – Lei 8080/1994, notadamente em seu art. 24, já rege a matéria objeto desta celeuma, sendo assim, não pode o Estado legislar impondo preceito normativo contrário à Lei Federal, uma vez que cabe à direção do SUS estabelecer os critérios para compartilhamento de leitos.

Pois bem, nos termos do art. 227, parágrafo único, do Regimento Interno, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação posicionar-se sobre Veto que



Comissão de Constituição, Justiça e Redação

seja, no todo ou em parte, jurídico, ou seja, fundado em inconstitucionalidade, como é o caso do presente Veto.

Em que pese a boa intenção do legislador quando da proposição da matéria, entendo que, com relação aos aspectos que devem ser analisados por esta Comissão, assiste razão o Governador do Estado, no sentido da **inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 1974/2020**.

Resta claro que o veto deve ser mantido, uma vez que a proposição legislativa extrapola a competência suplementar legislativa do Estado, ao contrariar a Lei Federal nº 8080/1990, que rege o Sistema Único de Saúde, além de haver ingerência no setor privado de saúde, sendo esta matéria de competência privativa da União.

Assim, louvando os excelentes propósitos do Deputado autor do Projeto ora vetado, entendo que o mesmo é, à luz das considerações feitas pelo Governador, inconstitucional.

Ante o exposto, posiciono-me pela **MANUTENÇÃO** do **Veto Total nº 244/2021** aposto ao **Projeto de Lei nº 1974/2020**.

É o voto.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 2021.


JÚNIOR ARAÚJO
- Deputado Estadual -
RELATOR

III- PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do voto do(a) Senhor(a) Relator(a), opina, por unanimidade dos presentes, pela **MANUTENÇÃO DO VETO TOTAL nº 244/2021** que foi apostado ao **Projeto de Lei nº 1974/2021**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 2021.



DEP. RICARDO BARBOSA
PRESIDENTE



DEP. ANDERSON MONTEIRO
Membro

DEP. EDUARDO CARNEIRO
Membro



DEP. HERVAZIO BEZERRA
Membro



DEP. JUNIOR ARAÚJO
Membro



Dep. Jutay Meneses
Membro



DEP. DEL WALLBER VIRGOLINO
Membro